



CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Boletim Informativo

Junho de 2015

Presenças:

Presidente

Procuradora-Geral da República, Dra. Maria Joana Raposo Marques Vidal

Vogais

- Procuradores-Gerais Distritais de Lisboa, Porto, Coimbra e Évora, respectivamente, Drs. Francisca Eugénia da Silva Dias Van Dunem, Maria Raquel Ribeiro Pereira Desterro Almeida Ferreira, Euclides José Dâmaso Simões e Alcides Manuel Rodrigues;
- Procurador-Geral-Adjunto Dr. Vítor Manuel Silva de Almeida Guimarães;
- Procuradores da República Dr. João Eduardo Raposo Rodrigues Celorico Palma e Dr.ª Ana Cristina dos Santos Silva Ermida;
- Procuradores-Adjuntos, Drs. Sandra Elisabete Milheirão Alcaide, Jorge Manuel Alves de Oliveira (Membro permanente), Sofia Margarida Correia Gaspar e Ricardo Rodrigues da Costa Correia Lamas;
- Membros eleitos pela Assembleia da República, Drs. André Filipe Oliveira de Miranda, Nuno Miguel da Silva Soares de Oliveira, José Manuel Vieira Conde Rodrigues e Professora Doutora Cristina Manuela Araújo Dias;
- Membros designados por Sua Excelência a Ministra da Justiça, Mestre Henrique Hilário Tavares Dias da Silva e Dr. António José Barradas Leitão (Membro permanente).

Secretário

Secretariou a sessão o Secretário da Procuradoria-Geral da República, Dr. Carlos Adérito da Silva Teixeira .

Boletim Informativo
N.º 16/2015

REUNIÃO:

• **Plenário de
23/06/2015**

SUMÁRIO: (Pág)

Actas	2
Comissões de serviço	2
Curso de formação de Magistrados Coordenadores	3
Regulamento de inspeções	3
Movimento de Magistrados	4
DCIAP	4

Ponto antes da ordem do dia

Antes da ordem do dia, o Senhor Dr. João Palma pediu a palavra e, tendo-lhe sido concedida, disse que pretendia introduzir para reflexão e deliberação do CSMP o tema do processo de alteração do Estatuto do Ministério Público, intervenção que acedeu adiar para a próxima sessão de 30 de Junho a solicitação da Senhora Conselheira Procuradora-Geral da República.

ACTAS

1. O Conselho procedeu à aprovação da acta da reunião em Plenário de 26 de Maio de 2015 .

COMISSÕES DE SERVIÇO

2. Renovação da comissão de serviço que a Procuradora-Geral Adjunta, Lic. Maria Raquel Ribeiro Pereira Desterro Almeida Ferreira, vem exercendo como Procuradora-Geral Distrital do Porto – artigos 126.º, 139.º e 140.º do Estatuto do Ministério Público.

O Conselho deliberou renovar a referida comissão de serviço, mediante votação secreta, com 13 votos a favor e 2 abstenções.

3. Renovação da comissão de serviço que a Procuradora-Geral Adjunta, Lic. Maria Paula Corveira Gonçalves de Figueiredo, vem exercendo no Supremo Tribunal de Justiça – artigos 125.º, 139.º e 140.º do Estatuto do Ministério Público.

O Conselho deliberou, por unanimidade, renovar a referida comissão de serviço.

4. Pedido de renovação das comissões de serviço, nos cargos de Director Nacional Adjunto e de Directores das Unidades Territoriais, e nomeação, em comissão de serviço, no cargo de Director da Unidade Disciplinar, todos da Polícia Judiciária.

Relator: Dr. Castanheira Neves

- a. Renovação da comissão de serviço que o Procurador da República Pedro do Carmo Moreira Fernando vem exercendo como Director Nacional Adjunto da PJ;

O Conselho deliberou autorizar a renovação da referida comissão de serviço.

Votaram contra os Senhores Drs. João Palma, Ana Cristina Ermida, Sandra Alcaide e Jorge Oliveira.

Abstiveram-se os Senhores Drs. Sofia Gaspar, Ricardo Lamas e Cristina Dias.

- c. Nomeação do Procurador da República Vitor Francisco da Cruz Melo para, em comissão de serviço, exercer funções como Director da Unidade Disciplinar e de Inspeção da PJ;

Votaram a favor da nomeação a Senhora Conselheira Procuradora-Geral da República, exercendo voto de qualidade, bem como os Senhores Drs. Euclides Dâmaso Simões, Alcides Rodrigues, Alfredo Castanheira Neves, André Miranda, Nuno Oliveira, Henrique Dias da Silva e António Barradas Leitão.

Votaram contra os Senhores Drs. Francisca Van Dunem, Vítor Guimarães, João Palma, Ana Cristina Ermida, Sandra Alcaide, Jorge Oliveira, Sofia Gaspar e Ricardo Lamas.

Abstiveram-se os Senhores Drs. Maria Raquel Desterro Ferreira, José Conde Rodrigues e Cristina Dias.

Relativamente a este ponto foram lavradas declarações de voto pelos Exmos. Senhores Conselheiros Dr. Vítor Guimarães, Dr. João Palma, Dra. Ana Cristina Ermida, Dra. Sandra Alcaide Dr. Jorge Oliveira.

CURSO DE FORMAÇÃO DE MAGISTRADOS COORDENADORES

5. Proposta para abertura de novo curso de formação de órgãos de gestão das comarcas, previsto nos artigos 97.º, 102.º e 107.º da Lei n.º 62/2013, de 26 de Agosto, que aprova a Lei de Organização do Sistema Judiciário.

Relatores: Membros permanentes

O Conselho deliberou, por unanimidade, requerer a Sua Excelência a Ministra da Justiça a urgente necessidade de determinar a realização de novo curso de formação específico, previsto no artigo 102º da Lei de Organização do Sistema Judiciário, aprovada pela Lei n.º 62/2013, de 26 de Agosto, propondo que seja fixado em 20 (vinte) o número de vagas para magistrados do Ministério Público.

REGULAMENTO DE INSPECÇÕES

6. Alteração ao Regulamento das Inspeções do Ministério Público, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 49, de 27 de Fevereiro de 2002.

Relator: Dr. Barradas Leitão

O Conselho deliberou, por unanimidade, um preâmbulo ao actual articulado do Regulamento das Inspeções do Ministério Público com a seguinte redacção: “Ao abrigo do disposto nas disposições conjugadas dos artigos 27.º, alíneas a) e g), 34.º, 35.º e 109.º a 113.º do Estatuto do Ministério Público, o Conselho Superior do Ministério Público aprova o presente Regulamento de Inspeções do Ministério Público.”

MOVIMENTO DE MAGISTRADOS

7. Movimento extraordinário de Magistrados do Ministério Público – ponto de situação.

Relatores: Membros permanentes

O Conselho analisou o anteprojecto de movimento e apreciou reclamações/exposições apresentadas, conforme já divulgado no SIMP.

DCIAP

8. Reforço do quadro de Magistrados do Ministério Público no Departamento Central de Investigação e Acção Penal – Proposta do Director do DCIAP.

Relator: Jorge Oliveira

O Conselho deliberou, por unanimidade, nomear os seguintes Magistrados para exercer funções no DCIAP:

- a. Procuradora da República Sílvia Maria Frias Gaspar;
- b. Procuradora da República Tahamara Amina Thurn-Valsassina dos Santos Dias;
- c. Procuradora da República Rita Alexandra Ramos Madeira dos Santos; (*já nomeadas anteriormente, na categoria de Procurador Adjunto*)
- d. Procuradora da República Ana Cláudia Perfeito de Oliveira Porto;
- e. Procuradora da República Maria de Fátima Damas Martins Tomé de Assunção;
- f. Procurador-adjunto Filipe Carlos Marta Pereira da Costa.